



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS — UFAL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL — FSSO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

IASMIM MOUREIRA COSTA

**CRISE DO CAPITAL E ALTERNATIVA PÓS-MODERNA: UMA ABORDAGEM
MATERIALISTA DIALÉTICA**

MACEIÓ, ALAGOAS

2021

IASMIM MOUREIRA COSTA

**CRISE DO CAPITAL E ALTERNATIVA PÓS-MODERNA: UMA ABORDAGEM
MATERIALISTA DIALÉTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Elaine Nunes Silva Fernandes

MACEIÓ, ALAGOAS

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Folha de Aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Isimara Moura Costa

Alunos/as concluintes

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 26/03/2021

Título:

Crise do capital e alternativa pós-moderna: uma abordagem materialista dialética

Conceito: Aprovada

Banca Examinadora:

Robson Silva Feres

Professor orientador

[Assinatura]

Examinador 1

[Assinatura]

Examinador 2

[Assinatura]
Alicio Jorge Bello Martins
Assistente em Administração
UFAL
GIAPE 3412249

Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso

Dedico este trabalho para meus três
sobrinhos, Thalya, Thales e Thayla.

Vocês são o futuro.

AGRADECIMENTOS

Apesar de brevíssima, a graduação foi uma caminhada intensa, rica e marcada por pessoas que nunca sairão de minhas memórias. De antemão, gostaria de expressar minha imensa gratidão à meu pai Edmilson e minha mãe Simone. Obrigada pela oportunidade de acesso à Universidade pública, sei que vocês trabalharam duro para minha inserção no mundo acadêmico. Tentarei todos os dias recompensar cada gota de suor derramado por vocês. Agradeço imensamente pela força que recebi de meus irmãos Myllena e Eric, e cunhada (quase irmã mais velha) Tamires. Mas não poderia deixar de citar os três amores da minha vida, que acalentaram meu coração, trouxeram calma e amor quando eu mais precisei. Meus três sobrinhos Thalya, Thales e Thayla: vocês foram e são os motivos dos meus sorrisos mais verdadeiros.

Agradeço os meus amigos que acompanharam minha trajetória acadêmica, mesmo que fora do âmbito da faculdade. Deborah, Rachel, Luan, Carlinhos, Reinaldo e Arnaldo: obrigada por cada momento inesquecível, por cada conselho, por ouvirem minhas angústias e minhas alegrias. Vocês estiveram presentes em todas as diferentes fases da minha graduação, e foram absolutamente importantes para o meu enriquecimento como estudante.

Jhullyrson e Rhuan, meus amigos que tanto me ajudaram! Obrigada por cada desabafo, por cada risada (e foram muitas!), vocês foram meu fôlego em diversos momentos, e eu os carregarei pra sempre no meu coração.

Não tenho palavras para mensurar o quanto cresci e amadureci com as estudantes da Faculdade de Serviço Social, principalmente o pessoal do Centro Acadêmico Rosa Luxemburgo. Yasmin Cardoso, Mirelle Patrino, Thayna Felix, Augusto Calista, Rayane Farias, Joelcio Jackson, Juan Douglas: foram muitos cafés, abraços e choros compartilhados, e eu levarei cada um comigo pra sempre. Às minhas parceiras de turmas alheias, Joaquina, Sheyla Marina, Ana Rute, Larissa Oliveira, Alane Ananias e Pedro Vinicius: obrigada por tanto amor, carinho, e risadas na fila do R.U.

Não posso deixar de citar as duas pessoas que me acompanharam tão de perto, Kamila Monique e Rafaela Oliveira. Vocês são uma das minhas maiores saudades da graduação.

Ao corpo docente da graduação, não posso deixar de agradecer às pessoas que contribuíram ricamente ao meu processo acadêmico, com seus conselhos, aulas e direcionamentos, minha eterna gratidão. Entretanto, nunca serei capaz de colocar em palavras a admiração que eu tenho pela minha professora orientadora Elaine Nunes, que foi fundamental para o meu amadurecimento como pesquisadora, estudante, monitora de disciplina, e todas as diversas tarefas que embarcamos juntas. Tenho orgulho de ser sua orientanda, muito obrigada!

E por fim, agradeço a mim mesma, por não ter desistido, por ter dado o meu melhor, mesmo em circunstâncias desfavoráveis de saúde e de pandemia global. Cultivo orgulho pela minha jornada.

RESUMO

O presente trabalho surge com o objetivo de analisar de que forma a classe trabalhadora se encontra fragmentada e fragilizada a partir da influência das teorias pós-modernas que surgiram com a crise estrutural do capital. A partir do estudo da teoria marxista sobre a organização da classe trabalhadora, é visível a modificação das pautas da classe trabalhadora ao longo dos anos, principalmente desde a emergência da crise capitalista e dos novos movimentos sociais. Para analisar esse movimento, utilizaremos como sistemática investigativa o método materialista dialético desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels. A partir dessa abordagem, é preciso discutir a base material que estrutura toda a humanidade, para só assim alcançarmos como o capital domina material e ideologicamente. Baseando-se nisso, podemos apontar a crise estrutural que o capital enfrenta, seus antecedentes e as respostas que ele mesmo configurou para a superação dessa crise. É a partir desse contexto que emergem os novos movimentos sociais, com suas novas pautas e significações, e, com isso, todo o ideário da classe trabalhadora é modificado, fazendo com que qualquer indício de consciência de classe revolucionária se dissipe. Todavia, o argumento que sustentamos é de que é urgente o enfoque dessas novas complexificações a partir de um viés materialista dialético, que seja capaz de abranger toda a luta da classe trabalhadora e suas “novas” pautas com o objetivo de atingir uma emancipação humana.

Palavras-chave: Pós-modernidade. Marxismo. Classe Trabalhadora.

ABSTRACT

The present work arises with the objective of analyzing how the working class is fragmented and weakened from the influence of postmodern theories that emerged with the structural crisis of capital. Based on the study of Marxist theory on the organization of the working class in the classroom, it is possible to see changes in the working class guidelines over the years, especially since the emergence of the capitalist crisis and the new social movements. To analyze this movement, we will use the dialectical materialist method developed by Karl Marx and Friedrich Engels as an investigative systematic. Based on this approach, it is necessary to discuss the material basis that structures all of humanity, so that we can achieve how capital dominates materially and ideologically. Based on this, we can point out the structural crisis that capital faces, its antecedents and the responses that it itself configured to overcome this crisis. It is from this context that the new social movements, with their new guidelines and meanings, emerge, and with this, the whole working class ideology is modified, causing any indication of revolutionary class consciousness to dissipate. However, the argument we maintain is that it is urgent to focus on these new complexifications based on a dialectical materialist bias, capable of covering the whole struggle of the working class and its "new" agendas with the objective of achieving an emancipation human.

Keywords: Post-modernity. Marxism. Working class.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 – O TRABALHO COMO CATEGORIA FUNDANTE E A SOCIEDADE DE CLASSES.....	13
1.1 Trabalho, prévia-ideação e razão ontológica.....	13
1.2 O surgimento da sociedade de classes.....	19
1.3 O controle ideológico da burguesia sobre os trabalhadores	27
CAPÍTULO 2 - A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E A ALTERNATIVA PÓS-MODERNA	32
2.1 A crise estrutural e as saídas encontradas pelo capital	32
2.2 O maio francês de 1968 e a crise do marxismo	39
2.3 Pós-modernidade e a centralidade das classes	43
Considerações finais.....	49

INTRODUÇÃO

A crise que a humanidade vem experimentando nos mostra a natureza caótica do capitalismo, chegando ao ponto de destruir os recursos fundamentais para a sobrevivência da humanidade. Sabemos que não se trata de uma crise que encontra em si mesma as respostas necessárias para sua dissolução, mas sim de uma crise estrutural (Mészáros, 2006) do capital que afeta todos os âmbitos da sociedade, e que já não dispõe de mecanismos de resolução, apenas de manutenção.

Essa crise tem um caráter sistêmico, pois não se localiza em setores específicos, mas tem uma dimensão global e totalizante. No entanto, para podermos assimilar como a crise opera, entendemos ser o método histórico-dialético o recurso que melhor explica a configuração e estruturação da ordem social capitalista. Através de uma análise de teor crítico, perceberemos como o capital opera e se reproduz.

Muitos autores se esforçaram para discutir esse período inédito do capitalismo, dentre eles, Ricardo Antunes. Ao analisar as mudanças no mundo do trabalho, Antunes (1999) aponta que tal crise encontra três saídas: no âmbito econômico, político e ideológico. Este último é o que ganha nosso enfoque, pois entendemos que o controle ideológico sobre a classe trabalhadora é fundamental para a reprodução do capital. Desse modo, a ideologia é usada estrategicamente para a reprodução do sistema sócio-metabólico do capital, porém não pode ser estudada de maneira independente.

É através da forma como os seres humanos se organizam materialmente que estes desenvolvem sua consciência, seu caráter social. Em *A Ideologia Alemã* (2009), Marx e Engels demonstram a relação entre a dimensão material e a dimensão ideológica da vida, e como estão intrinsecamente interligadas. Há uma conexão indissociável entre como a sociedade se organiza concretamente e como ela pensa. Ambas não podem ser estudadas separadamente, e é nesse sentido em

que o marxismo se mostra categórico, ao analisar a realidade através da totalidade, sem separar as camadas da sociedade.

Entretanto, a crise estrutural desenvolveu um papel decisivo no que diz respeito à organização política da classe trabalhadora, ao engendrar uma ofensiva ideológica que encontrará terreno nas teorias da pós-modernidade como uma das soluções para a crise. Para compreender essa influência, utilizaremos as contribuições fundamentais de David Harvey (1992) e João E. Evangelista (1992). Os autores expõem que a interpretação da pós-modernidade é de que a sociedade se encontra tão complexificada que não há meios para compreendê-la em sua totalidade, somente em suas dimensões singulares. Em outras palavras, não há como compreender a realidade através da sua essência e de seus fundamentos, apenas através de como a realidade se apresenta.

Diante da explanação de como o capital se estrutura e se reproduz, entendemos ser necessária a contestação da abordagem pós-moderna. Estaria a sociedade tão moderna e complexificada que se torna impossível captar sua essência? Os elementos fundamentais da realidade realmente mudaram, e não há como compreender o mundo? Ou ainda: não há uma característica que seja capaz de unificar as diversas e fluidas pautas sociais?

Com o objetivo de aprofundar tais questionamentos, esse trabalho está dividido em dois capítulos. No primeiro, discutiremos as bases fundamentais que dão estrutura à realidade, partindo do pressuposto do trabalho como fator fundante da sociedade. Além disso, abordaremos como o desenvolvimento das forças humanas configura o sistema de classes sociais, dando início a uma organização de desigualdades que culminará na ordem social burguesa. Mais, como a burguesia se utiliza da ideologia como recurso para sua total dominação e reprodução.

O segundo capítulo procurará demonstrar como o capital atingiu um alto nível de complexificação que já não mais dispõe de recursos para resoluções de suas crises, mas como atingiu seus limites estruturais e modificou o ideário da classe trabalhadora. Para tanto, apresentaremos as saídas que o capital engendrou na tentativa de contornar a crise estrutural, assim como a transformação das pautas dos movimentos sociais e dos estudos das ciências sociais. Por fim, demonstraremos como as teorias pós-modernas interpretam a realidade, e como

estas acabam corroborando para a fragmentação da luta da classe trabalhadora e seu reconhecimento como classe social.

CAPÍTULO 1 – O TRABALHO COMO CATEGORIA FUNDANTE E A SOCIEDADE DE CLASSES

O mundo enfrenta atualmente uma crise que atinge todos os âmbitos da sociedade, perpassando os âmbitos econômico, social, político, cultural, entre outros. Precisamos reconhecer que se trata de uma crise gerada pelo sistema metabólico do capital, e, portanto, tem fundamentos que vão muito além da visão superficial com que enxergamos os problemas sociais. Dessa forma, é necessária a investigação dos fundamentos da sociabilidade burguesa, ou seja, é de suma importância compreender os elementos que servem de base para sua funcionalidade, para que entendamos as causas e consequências da crise estrutural do capital.

Tal crise movimenta e modifica os fenômenos sociais no sentido de naturalizar a realidade social, e, conseqüentemente, considera o capitalismo como único sistema possível de viver, anulando qualquer opção alternativa de sociabilidade. Isso se explica pelo alto nível de dominação ideológica da burguesia sobre os trabalhadores, que será nosso maior enfoque nesta primeira parte do trabalho. Portanto, voltemos aos princípios-base que compõem o capitalismo.

1.1 Trabalho, prévia-ideação e razão ontológica

Para compreender como se dá o processo de construção de dominação ideológica da burguesia sobre a classe trabalhadora, é necessário, antes de tudo, entender como a sociedade capitalista se estrutura e opera. Para tal fim, utilizaremos o método científico investigativo desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels, o materialismo histórico-dialético. Para os autores, a captação efetiva do conhecimento de todo objeto só pode ser feita através da investigação da estrutura e da dinâmica desse objeto, ou seja, através de sua essência. A elaboração da teoria do conhecimento é feita a partir da “reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa” (NETTO, 2011, p. 21). No entanto, este não é um movimento passivo, de mero reflexo da aparência que se apresenta ao pesquisador. Pelo contrário, o papel do sujeito que pesquisa é fundamental no processo de captar

a verdadeira essência do seu objeto, o que demanda esforço, investigação e disciplina.

Desse modo, para alcançar a compreensão dos pilares da realidade, é necessário um olhar que rompa com a dimensão fenomênica dos fatos, e é preciso desenvolver uma abordagem que enxergue a realidade não como um conjunto de coisas acabadas, mas como um conjunto de processos complexos e contraditórios. Marx e Engels iniciam sua investigação científica pelo elemento em comum de toda a humanidade: sua produção material, que possibilita sua sobrevivência. É através da condição material da vida que o autor percebe que apenas o viés materialista não é suficiente para apreender a realidade concreta. Para analisar uma situação concreta que está aparentemente dada ao pesquisador, é necessário ainda “voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não como uma representação caótica de um todo, porém, com uma rica totalidade de determinações e relações diversas” (MARX e ENGELS, 1963, v. 3, p.195 apud NETTO, 2011, p. 31).

Como afirma Carvalho (2007, p. 188), “trata-se, portanto, de cindir o objeto até se chegar aos seus elementos mais simples e centrais — noções, conceitos, categorias, leis e relações”. A realidade concreta é a síntese de todas as dimensões e determinações que são alcançadas ao fazer esse movimento, e que constituem a totalidade. É assim que chegamos a categoria de totalidade, que, junto ao viés materialista, estrutura o método desenvolvido por Marx e Engels. Netto aponta três principais categorias teórico-metodológicas que articulam o método materialista dialético: totalidade, contradição e mediação. O autor destaca:

Para Marx, a sociedade burguesa é uma totalidade concreta. Não é um “todo” constituído por “partes” funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade. Nenhuma dessas totalidades é “simples” — o que as distingue é o seu grau de complexidade (é a partir desta verificação que, para retomar livremente uma expressão lukacsiana, a realidade da sociedade burguesa pode ser apreendida como um complexo constituído por complexos). (NETTO, 2011, p. 56, grifos do autor).

Portanto, a realidade é dinâmica e contraditória, e sem essas contradições, seriam “totalidades inertes, mortas”. Tais relações contraditórias são articuladas por “sistemas de mediações” que conectam todas as totalidades. Em razão disso, tendo

o materialismo histórico-dialético como eixo norteador, consideramos ser de suma importância traçar brevemente a história da organização material humana.

Sabe-se que a humanidade é movida pelas suas necessárias materiais, e para que tais necessidades humanas sejam correspondidas, é preciso transformar a natureza. Essas são as premissas básicas para a existência de condições básicas de vida dos seres humanos. O processo que fará com que o ser humano busque na natureza a sua necessidade e a transforme para atender ao seu interesse chama-se trabalho. Isso significa que para que os seres humanos possam reproduzir-se (biológica, espiritual ou materialmente), é necessária a sua interação com a natureza, ou seja, é necessária a constante transformação da natureza que resulta nos meios que possibilitam a subsistência humana.

No entanto, esse processo não se resume somente ao aspecto biológico. Em *O Capital* (2011), Karl Marx explica que não se trata de um trabalho instintivo, animalesco:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, ou seja, um resultado que já existia idealmente. (p. 255-256)

Portanto, o que diferencia um animal do ser humano é a capacidade deste de projetar em sua consciência o resultado final de seu trabalho. Este processo de prévia-ideação é o que Marx denomina de objetivação.

Com a satisfação das necessidades humanas, automaticamente se desenvolvem outras novas necessidades, que não existiam na condição anterior, e assim se inicia um ciclo de reprodução de necessidades. No ato de transformação da natureza, o indivíduo não apenas transforma sua materialidade, mas transforma também a si mesmo, ao descobrir e desenvolver novas habilidades oriundas do processo de trabalho.

Neste sentido, o trabalho possui uma dimensão não apenas material, mas social. Pois com o invento de um produto totalmente novo, ele começa a relacionar-se com outros seres humanos, e não apenas com a natureza. O trabalho passa a ser patrimônio de toda a sociedade, configurando a sua dimensão social.

Desse modo, entendemos que com a reprodução da vida humana e das forças produtivas (ou seja, a capacidade de suprir materialmente as necessidades), há uma dupla relação: a relação natural (onde se encontra a reprodução humana e a natureza) e a relação social (onde os indivíduos começam a se relacionar não apenas com a natureza, mas entre eles mesmos). Por conseguinte, cada fase de produção das necessidades materiais está atrelada a uma fase social, uma vez que a sociedade é resultado da interação entre o homem e a natureza. Vemos então que as condições materiais de uma época vão configurar e ordenar a humanidade, de acordo com suas necessidades.

É a dimensão social do trabalho que dá as condições intelectuais para que percebamos que o ser humano é um ser radicalmente social e possui consciência. Em *A Ideologia Alemã* (2009), Marx e Engels afirmam que “a produção das ideias, das representações, da consciência está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens”. E continua:

“são os homens que desenvolvem a sua produção material e o seu intercâmbio material que, ao mudarem essa sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (p. 32, grifos nossos).

Em outras palavras, as representações e idealizações que são reproduzidas são justamente o resultado da produção material humana, e depende inteiramente desta. A subjetividade do indivíduo é formada a partir de sua relação com o material, e tudo que é criado para representar a humanidade, como as leis, a moral, a política, a religião, é fruto de como os homens se organizam e se reproduzem materialmente na natureza. As representações, o subjetivo e a consciência humana dependem, impreterivelmente, das condições reais da vida (MARX E ENGELS, 2009, p. 31). E, como veremos ao longo do nosso trabalho de forma mais detalhada, é também esse processo de consciência que corroborará para a dominação de uma classe sobre a outra.

Assim sendo, a consciência social moldará os diversos modelos de sociedade vivenciados até então, e, conseqüentemente, a ideologia dominante de cada período da história. “Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção” (MARX E ENGELS, 2009, p. 25). Tais são as premissas do método científico desenvolvido por Marx e Engels, onde se analisa o ser humano

não como ele se apresenta, mas como ele é, de fato, em sua essência. Aborda-se o ser humano através de sua vida material, e é esta que determinará o curso de sua história. É a partir dessa ideia que Marx afirma que para que os seres humanos possam fazer história, é necessário que eles possuam condições de comer, beber, vestir-se, etc (MARX E ENGELS, 2009, p. 40). Somente com suas necessidades materiais satisfeitas é que a humanidade terá condições de desenvolver-se em sociedade.

A abordagem de Marx é de extrema importância para o entendimento e concepção da sociedade, pois é ele que desenvolve de modo mais preciso este parâmetro baseado na vida material. Marx inaugura um método novo de conceber a sociedade ao explicar como esta sobrevive (materialmente) e rompe com a filosofia tradicional que compreendia o mundo:

Em completa oposição à filosofia alemã, a qual desce do céu à terra, aqui sobe-se da terra ao céu. Isto é, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou se representam, e também não dos homens narrados, pensados, imaginados, representados, para daí se chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos, e com base no seu processo real de vida, apresenta-se também o desenvolvimento dos reflexos e ecos ideológicos desse processo de vida” (MARX E ENGELS, 2009, p. 31).

Com grande influência da filosofia Hegeliana, Marx sai do mundo das ideias e parte para o mundo real, com o objetivo de captar a essência de seu objeto. Ao fazê-lo, o autor chega à categoria ontológica do trabalho, e por sua dimensão social, constata que o ser social caracteriza-se por ser uma totalidade (LESSA, TONET, 2011). Totalidade esta que não configura um amontoado de coisas perdidas na história, mas um conjunto de partes articuladamente constituídas com base no trabalho. Ele parte da razão ontológica do ser social para explicar o curso da história e da abordagem da sociedade.

Para compreendermos a direção do nosso trabalho, precisamos ter o conhecimento de que a categoria da razão é concebida no momento de ascensão da burguesia, sendo a base que sustentará o pensamento científico burguês (iluminismo). Temos, portanto, o surgimento de uma “nova ciência”, uma nova (e radical) visão de mundo, oriunda das revoluções científicas dos séculos XVI e XVII.

Rompendo com a *irrazão* do absolutismo feudal e com seu caráter religioso, o racionalismo capitalista foi o ponto norteador de uma burguesia nascente e

revolucionária, que se mostrava a maior representação ideológica da evolução humana à época. Em *O estruturalismo e a miséria da razão* (2017), Carlos Nelson Coutinho afirma que “a compreensão do real com totalidade submetida a leis e afirmação da historicidade dos processos objetivos são momentos determinantes da nova racionalidade em elaboração”. Essa razão moderna tem em Hegel sua maior expressão teórica, e foi a partir de sua contribuição científica que Marx desenvolve seu método. Ainda de acordo com o autor, há três principais momentos progressistas do pensamento burguês: o humanismo (que tem o homem como produto de sua própria atividade), o historicismo concreto (que afirma o caráter ontológico da realidade) e a razão dialética (que rompe com o saber imediatista e intuitivo).

Entretanto, ao se tornar classe dominante, já não é mais de interesse da burguesia que a ciência tenha um caráter racional e evolutivo, ao contrário, é necessário perpetuar e justificar o presente. A partir de então, há o processo de abandono da razão, e esta precisa ser renegada e limitada. Coutinho denomina esse pensamento como filosofia da decadência, onde “o pensamento burguês transforma-se numa justificação teórica do existente” (2017, p. 35), e o saber científico é cada vez mais fragmentado em ciências particulares. E continua:

Em lugar do humanismo, surge ou um individualismo exacerbado que nega a sociabilidade do homem, ou a afirmação de que o homem é uma ‘coisa’, ambas as posições levando a uma negação do momento (relativamente) criador da práxis humana; em lugar do historicismo, surge uma pseudo-historicidade subjetivista e abstrata, ou uma apologia da positividade, ambas transformando a história real (o processo de surgimento do novo) em algo ‘superficial’ ou irracional; em lugar da razão dialética, que afirma a cognoscibilidade da essência contraditória do real, vemos o nascimento de um irracionalismo fundado na intuição arbitrária, ou um profundo agnosticismo decorrente da limitação da racionalidade às suas formas puramente intelectivas” (2017, p. 30-31).

Desse modo, há o rompimento com o princípio da razão dialética, que tem o objetivo de enxergar a realidade para além de sua aparência. Com o desenvolvimento das forças produtivas, ocorre uma complexificação das relações sociais e do nível de exploração da classe trabalhadora. Num profundo estado de alienação, o capital sofisticava seus aparatos de dominação ideológica, o que irá resultar mais tarde no irracionalismo pós-moderno. No entanto, para que possamos ter ciência das formas de controle do capital sobre a classe trabalhadora, é

necessário entendermos os fundamentos do ser social, sempre respaldados no método materialista histórico-dialético.

1.2 O surgimento da sociedade de classes

Ao dar continuidade à análise da categoria do trabalho, entendemos de que forma o ser social é fundado, dando origem à sociedade. Este período de formação ficou conhecido como comunidade primitiva, onde os seres humanos caçavam para a satisfação de suas necessidades básicas, e, para isso, viviam em condição de nomadismo, sempre procurando as melhores condições para sua sobrevivência.

Ao transformar a natureza, obter o alimento para o sustento, desenvolver as ferramentas que viabilizassem o trabalho, a humanidade desenvolve suas forças produtivas, e, com isso, constrói e aprimora a pecuária e agricultura. Este é um momento revolucionário na história pois com a criação de animais e manuseio da natureza, a civilização já não é mais nômade e torna-se sedentária, fazendo com que a comunidade primitiva vá aos poucos se desfazendo. A humanidade percebe que o que produz é mais que o suficiente para o seu sustento, e, assim, começa a acumular o fruto de sua produção. Configura-se, portanto, o excedente econômico, e com ele, está posta a divisão desigual dos produtos do trabalho. Ao acumular os produtos do trabalho, os seres humanos constatam que esse excedente econômico pode ser usado para a troca com outros seres humanos, dando origem à mercadoria.

Essa acumulação possibilita a exploração de um homem sobre o outro homem, uma vez que um é o produtor direto da mercadoria e o outro é o apropriador dessa mercadoria. Essa desigualdade é denominada de propriedade privada, e é ela que instaura diferentes grupos no interior da sociedade, constituindo uma classe de produtores diretos do trabalho e uma classe de apropriadores deste trabalho. É deste modo que a propriedade privada instaura a sociedade de classes, que são essencialmente diferentes e antagônicas, onde uma classe tem o domínio material e ideológico sobre a outra. Essa exploração de um homem sobre o outro dissolve a comunidade primitiva, dando lugar ao escravismo.

No modo de produção escravista, as duas principais classes estavam dispostas entre os senhores e os escravos. Nesse dado período de tempo, não ocorreu um maior desenvolvimento técnico das forças produtivas, pois os senhores acreditavam que para aumentar a produtividade, era necessário aumentar a quantidade de escravos. Com isso, a quantidade de escravos era extremamente maior comparado à quantidade de senhores. Em razão disso, estes recebiam sempre que houvesse uma rebelião por parte dos escravos. Dessa maneira, para evitar possíveis conflitos entre as classes e assegurar a prevalência da classe dominante, uma entidade foi constituída — o Estado —, junto com funcionários públicos e uma força militarizada preparada para qualquer tipo de revolta ou rebelião por parte dos escravos.

Para manter o funcionamento do Estado, os senhores precisavam pagar impostos altíssimos e em um dado momento, com o crescimento exacerbado do número de escravos, eles já não eram capazes de pagar essa taxa. O Estado antigo era excessivamente corrupto, o que causou uma revolta tanto por parte do exército quanto por parte dos funcionários públicos, ocasionando na invasão de outros impérios e no caos político e econômico. Esse período de crise levou ao fim do escravismo, e segundo Lessa e Tonet,

O escravismo, pelo seu próprio desenvolvimento, gerou contradições que o conduziram a um “beco sem saída”. Não tinha como continuar a existir e, contudo, não havia nenhum projeto de uma nova sociedade capaz de superar aquele impasse histórico. (2011, p. 59)

Na ausência de um projeto revolucionário, a transição do escravismo para o feudalismo se deu por um processo lento e caótico, que levou cerca de três séculos para se consolidar. Sem a presença de uma classe revolucionária, o fim do escravismo e o surgimento de outro modo de produção duraram séculos, tornando um processo bastante fragmentado¹.

A principal característica do sistema ascendente era “a organização da produção em unidades autossuficientes e essencialmente agrárias: o feudo”

¹ É importante ressaltar que a consolidação do sistema feudal se desenvolveu de formas distintas pelo mundo todo, e também em momentos diferentes na história. Vale destacar também que não foi um sistema inteiramente homogêneo, dado que existiram partes do mundo que não experienciaram o feudalismo.

(LESSA, TONET, 2011, 62). Como o modo de produção material regente sofreu mudanças, a organização das classes sociais também sofreu, constituindo-se basicamente em senhor feudal e servo. Diferentemente do modo escravista de produção, o servo possuía os instrumentos e ferramentas que lhes eram necessários. Ele também era dono de uma pequena parte da produção no feudo.

Esse fato simbolizou um grande avanço no desenvolvimento das forças produtivas e da tecnologia, pois como ao servo lhe cabia uma parte do feudo, interessava-o aumentá-la.

Como resultado desse interesse, começaram a desenvolver novas ferramentas, novas técnicas produtivas, novas formas de organização do trabalho coletivo, aprimoraram as sementes, melhoraram as técnicas de preservação do solo (LESSA, TONET, 2011, p. 62).

Com o aprimoramento da tecnologia, o número de servos cresceu demasiadamente, fazendo com que os seus senhores expulsassem grande parte destes trabalhadores de seus feudos. Uma vez expulsos, estes viviam em condições miseráveis, dependendo de pequenos roubos e furtos ou de esmola.

O aprofundamento das forças produtivas complexificou as relações sociais, e no interior das classes sociais grupos se formaram. Tais grupos eram o clero (o grande poder eclesiástico), a nobreza (senhores feudais que tinham maior riqueza e influência) e os trabalhadores (sejam eles servos, artesãos, entre outros). Segundo Leo Huberman:

O clero e a nobreza constituíam as classes governantes. Controlavam a terra e o poder que delas provinha. A Igreja prestava ajuda espiritual, enquanto nobreza, proteção militar. Em troca exigiam pagamento das classes trabalhadoras, sob a forma de cultivo de terras (2010, p. 12).

Apesar desse tipo de organização generalizada, cada feudo possuía autonomia e o seu próprio sistema de leis, comandadas pelo senhor feudal, instância máxima de cada. Apesar de os feudos serem autossuficientes, ainda assim existia o intercâmbio de mercadorias, que era pouco intenso e local. Esses intercâmbios eram as formas mais antigas e originárias do comércio, porém havia diversos obstáculos para seu funcionamento, a exemplo das estradas de difícil acesso para o transporte de mercadorias entre cidades. O cenário começa a mudar

quando milhares de europeus cruzam o mar para levar mercadorias para outros continentes. Essa expedição — que recebeu o nome de Grandes Cruzadas — foi o que deu impulso para o crescimento do comércio no período feudal, e entre os séculos XII e XV, já havia grandes feiras com comerciantes do mundo inteiro. Dessa forma, “as cruzadas ajudaram a despertar a Europa de seu sono feudal, espalhando sacerdotes, guerreiros, trabalhadores e uma crescente classe de comerciantes por todo o continente; intensificaram a procura de mercadorias estrangeiras” (HUBERMAN, 2010, p. 17).

Com o comércio, há a grande divisão entre o trabalho na cidade e no campo, transformando radicalmente as relações sociais. Esse intercâmbio era feito entre mercadorias, porém era dificultoso o transporte dessas mercadorias, e conseqüentemente, entra em cena uma moeda de troca universal para facilitar tais transações: o dinheiro. Com o dinheiro, surge também a figura do comerciante, que era encarregado exclusivamente de trabalhar com as compras em dinheiro.

O comércio cresce de forma intensa, e as figuras do comerciante e do artesão começam a compor uma classe em ascensão, que logo surgiria como burguesia². De forma muito clara, Huberman sintetiza esse processo quando afirma que:

Nos primórdios do feudalismo, a terra, por si só, constituía a medida de riqueza do homem. Com a expansão do comércio surgiu um novo tipo de riqueza — a riqueza em dinheiro. No início da era feudal, o dinheiro era inativo, fixo, móvel; agora torna-se ativo, vivo, fluido. No início da era feudal os sacerdotes e guerreiros, proprietários de terras, situavam-se num dos extremos da escala social, vivendo do trabalho dos servos, que se encontravam no outro extremo. Agora, um novo grupo surgia — a classe média, vivendo de forma diferente, da compra e da venda. No período feudal, a posse da terra, a única fonte de riqueza, implicava o poder de governar para o clero e a nobreza. Agora, a posse de dinheiro, uma nova fonte de riqueza, trouxera consigo a partilha no governo, para a nascente classe média. (2010, p. 35)

O comércio — que agora tinha um alcance continental — se tornou o maior meio de obtenção de riqueza daquele momento, dando um imenso poder à então classe ascendente burguesa. Junto às modificações no interior das indústrias, os produtores diretos viam-se agora trabalhando para essa nova classe, a fim de promover o negócio mercantil. Em vista disso, o que era produzido já não era para o

2 O termo origina da palavra *burgo*, que eram pequenas cidades que cresceram com o desenvolvimento do comércio.

próprio sustento (o que Marx denomina valor de uso), e sim para a troca mercantil (valor de troca).

Consciente dessa mudança, a burguesia lutava pelo fim da dominância feudal aristocrática e pela ascendência da classe burguesa como classe dominante. Lutava, portanto, por um mercado livre de imposições e regras que limitavam sua ação. Uma frase que ilustrou esse momento foi “Laissez-faire!”, que em tradução livre significa “Deixem-nos em paz!”. Esse foi um momento decisivo para o início da consolidação da burguesia como classe dominante, e provocou a decadência do sistema mercantilista feudal, em vistas de um novo mundo que ascendia. Este consistia numa sociedade radicalmente nova, em que as relações materiais (e conseqüentemente, os demais tipos de relações) mudaram, e as potencialidades de produção já não podiam mais se desenvolver no velho sistema, que agora era atrasado e pequeno para as ambições dessa nova sociedade.

Segundo Laski (1973), a essência dessa nova sociedade estava na redefinição das relações produtivas dos homens. Diante disso, a busca pela riqueza era o principal significado da vida, e a atividade humana estava baseada nisso. De acordo com o autor, o capitalismo buscou, por um lado, transformar os fundamentos da sociedade, e por outro, capturar o Estado a seu favor.

Para tanto, tornou-se “necessárias novas concepções que legitimassem as novas potencialidades de riqueza que os homens haviam descoberto, pouco a pouco, nas eras precedentes” (LASKI, 1973, p. 16). Ou seja, era necessária uma nova filosofia, uma nova ideologia que se adequasse ao novo mundo. Essa filosofia foi o liberalismo, que procurava a liberdade individual a todo custo, defendendo sempre a posse de propriedade privada, e não mais protegendo o homem. É importante elucidar que o liberalismo não foi algo historicamente dado, mas foi resultado de um longo processo de desenvolvimento das forças produtivas, e conseqüentemente, da consciência. Portanto ele já era um pensamento organizado que ganhou força na transição de uma ordem social para outra.

Um dos fatores fundamentais para a construção dos pilares que sustentaram o liberalismo foi a Reforma Protestante, pois com a autoridade da Igreja Romana sendo posta em dúvida, o campo estava aberto para uma maior liberdade de pensamento. Segundo o autor,

No século XVI, essa revolução ideológica processou-se de acordo com três ênfases principais. Foi, em parte, uma evolução de doutrina política; uma teoria do Estado como entidade autossuficiente foi elaborada. Ainda, em parte, foi também uma nova teologia; e, na sua estruturação, empreenderam-se pesquisas que abalaram o predomínio que a fé vinha até então exercendo sobre o espírito dos homens. Finalmente, edificou-se uma nova cosmologia, cujos resultados foram, por um lado, uma nova concepção científica, e, por outro, uma nova metafísica. (LASKI, 1973, p. 31)

Este período criou condições para uma profunda mudança no interior do intelecto da sociedade, substituindo os dogmas da Igreja, e “logo que o império do dogma foi enfraquecido, o império da razão ampliou suas fronteiras” (LASKI, 1973, p. 49). O cenário era agora constituído por um Estado muito mais secular, onde o impacto da fé e da tradição sobre a sociedade fora fortemente abalado. Intrínseco a sua essência, é função do Estado dar as bases para o estabelecimento da classe dominante, por isso a burguesia conquista seu poder durante o processo de crise feudal.

A conquista efetiva do poder político se deu através da Revolução Francesa de 1789, quando a burguesia encerra formalmente o poderio feudal e finalmente estabelece os fundamentos do liberalismo na legislação europeia. Ao desenvolver sobre o período da revolução francesa, Albert Soboul afirma que este foi o período da “revolução da prosperidade burguesa” (1976, p. 24), onde ela rompe as amarras feudais que as prendia e institui uma sociabilidade burguesa radicalmente nova, o capitalismo. Seu maior objetivo era destruir o privilégio aristocrático e conquistar a liberdade civil. Num processo de crise econômica do feudalismo, de massas populares vivendo em situação de extrema pobreza e organizando intensas revoltas, a burguesia aproveitou desse cenário para cooptar essas massas populares. Como afirma o autor, “a burguesia revolucionária não podia deixar em estado bruto as forças imensas encerradas nas profundezas do povo. Virou-as, quanto pode, no rumo de seus interesses” (SOBOUL, 1976, p. 40). Um dos grandes marcos desse processo de conquista política burguesa foi a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (de 1789), onde o poderio burguês é formalmente instalado e o feudalismo perde o seu caráter institucional e jurídico. Inicia-se, então, o processo de instauração do capitalismo, transformando radicalmente as relações materiais, e, conseqüentemente, as relações sociais.

Com a criação do modo de produção capitalista, o Estado reorganiza-se para continuar exercendo seu papel de protetor dos interesses das classes dominantes estando por sua vez à serviço da burguesia. No Manifesto do Partido Comunista (2008), Marx e Engels descrevem como o capitalismo se instaura num processo longo de luta e cooptação, e afirmam veementemente que “o poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo” (MARX e ENGELS, 2008, p. 12). Esse processo é claramente visto na gradativa mudança do sistema produtivo do feudalismo para o capitalismo:

“(…) os mercados continuaram crescendo e as necessidades aumentando. Também a manufatura não dava conta. Então, o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. No lugar da manufatura surgiu a grande indústria moderna; no lugar dos pequenos produtores, os industriais milionários, os chefes de exércitos industriais inteiros, os burgueses modernos.” (iMARX e ENGELS, 2008 p. 10).

Em vista disso, introduzem-se novas classes, os burgueses e proletários, e a exploração — que antes era velada e dava ao servo uma pequena parte de seu trabalho — admite uma forma muito mais aberta, seca e direta. No capitalismo, tudo vira valor de troca, ou seja, mercadoria. A própria força de trabalho empregada na produção transforma-se em mercadoria, fazendo com que o ser humano faça parte (e seja peça principal) de um sistema que mercantiliza a vida e interpreta os recursos naturais, intelectuais, materiais, etc., apenas como coisas.

Percebemos que o valor de uso (ou seja, a satisfação das necessidades humanas) é substituído e subordinado pelo valor de troca (satisfação das necessidades do mercado), o que acarreta em mudanças no interior do sistema. A finalidade principal do capitalismo é expandir o valor de troca e gerar um lucro cada vez maior. No entanto, diferente de outros tipos de produção, no capitalismo há uma separação radical entre aqueles que produzem os bens materiais que se tornarão mercadoria e aqueles que controlam essa produção. Em primeira instância, o trabalhador não é mais dono dos seus instrumentos de trabalho, estes pertencem ao seu patrão, e a atividade de trabalho é mecanizada ao ponto do trabalhador não mais se reconhecer no seu produto. Para remunerar a classe trabalhadora, a burguesia lhe concede um salário que corresponde à expressão monetária da força de trabalho humana, que agora equivale a uma mercadoria como qualquer outra.

No capitalismo, o trabalho assalariado é uma das principais características do modo de produção capitalista e principalmente do processo de exploração da força de trabalho, pois o salário remunera minimamente a classe trabalhadora, e não o valor real do trabalho despendido em sua atividade. O que acontece é que o trabalhador produz uma certa quantidade de trabalho, no entanto, só recebe o mínimo para o seu sustento e o de sua família (salário), e não recebe pela quantidade total de trabalho operado. Essa quantidade de trabalho não-remunerado é o trabalho excedente, e esse processo de exploração que garante o lucro obtido pela burguesia é denominado de mais-valia. Para ela, interessa ao máximo esse trabalho excedente, por isso ela amplia as jornadas de trabalho e intensifica o ritmo do trabalho.

Todavia, no processo de desenvolvimento da burguesia como classe dominante, a luta do proletariado também se potencializa. Marx e Engels afirmam que a “sua luta contra a burguesia começa com sua própria existência” (2008, p. 21). Mas de que modo?

Com a expansão das fábricas, os trabalhadores agora dividem o mesmo espaço de trabalho, e, por isso, vivem em circunstâncias semelhantes de exploração. Inicialmente, o proletariado configura revoltas coletivas contra as máquinas da fábrica, depredando e destruindo seus instrumentos de trabalho, sem se dar conta de quem era o real motivo de sua exploração (essa revolta ficou conhecida como *ludismo*). Ao passo que a burguesia se expandia e multiplicava suas riquezas, assim também acontecia com o nível de exploração do proletariado, o que fazia com que seus interesses se acirrassem cada vez mais, criando um choque entre classes. Os trabalhadores começam a formar associações contra a burguesia, e começam a configurar organizações permanentes para se prepararem para revoltas esporádicas. Algumas vezes a classe trabalhadora saía vitoriosa de certos conflitos, mas Marx e Engels assinalam que “o verdadeiro resultado de suas lutas não é o sucesso imediato, mas a união crescente (MARX e ENGELS, 2008 p. 23). Essa luta foi fomentada com a expansão dos meios de comunicação, que já estavam mais desenvolvidos do que em épocas anteriores.

Assim sendo, os choques que ocorreram no período de transição da ordem feudal para a ordem capitalista estimularam o desenvolvimento das lutas do proletariado.

A burguesia vive em conflitos permanentes; inicialmente contra a aristocracia; mais tarde, contra segmentos da própria burguesia; cujos interesses passaram a se opor ao progresso da indústria; e sempre contra a burguesia dos demais países. Em todas essas lutas, a burguesia se vê forçada a apelar para o apoio do proletariado e arrastá-lo para a arena política. Ela mesma, portanto, supre os elementos para a formação política do proletariado, isto é, as armas contra ela mesma. (IMARX e ENGELS, 2008 p. 24)³.

Nesse processo, algumas parcelas da burguesia deixaram sua origem e se uniram aos interesses da classe trabalhadora, constituindo a classe média. Mas esta tinha caráter reacionário e conservador, pois não objetivava o fim do sistema burguês, apenas sua manutenção. É por esse motivo que somente a classe trabalhadora se constitui como classe verdadeiramente revolucionária, pois ela é o produto autêntico da burguesia, do sistema sócio-metabólico do capital. Portanto, como consequência de todas as lutas em que o proletariado foi cooptado, a burguesia forja as armas contra ela mesma.

Desse modo, com o desenvolvimento das forças produtivas humanas, da burguesia e do capitalismo como ordem social vigente, o proletariado desenvolve sua consciência como classe. Mas é preciso afirmar: esta consciência não é algo dado, incorporado externamente ao ideário dos trabalhadores, pelo contrário, é resultado de um significativo processo de lutas.

1.3 O controle ideológico da burguesia sobre os trabalhadores

Através desse breve esboço, conseguimos compreender como os modos de produção se estruturaram e se consolidaram ao longo do tempo. Entendemos que quando uma nova classe social surge, é de sua natureza apresentar o seu interesse como interesse universal. Marx e Engels (2009, p. 69) afirmam que para uma classe

³ Neste momento, os autores se referem ao processo da Revolução Francesa — período que tratamos brevemente anteriormente — em que a burguesia, para garantir sua dominação no campo político, coopta a classe trabalhadora a seu favor. Esse processo foi gradativo e contou com diversas fases, em que grupos diferentes da burguesia disputavam o poder tanto entre si, como, evidentemente, contra a aristocracia. Para mais, conferir a contribuição de Albert Soboul (1976).

estar em lugar de dominância, ela precisa “dar às suas ideias a forma da universalidade, e apresentá-las como as únicas, racionais e universalmente válidas”.

É a partir desse entendimento que chegamos à ideia norteadora do nosso trabalho: as ideias de uma época são as ideias da classe dominante. Em “Ensaio sobre consciência e emancipação”, Mauro Iasi nos explica esse movimento:

“Quando, numa sociedade de classes, uma delas detém os meios de produção, tende também a deter os meios para universalizar sua visão de mundo e suas justificativas ideológicas a respeito das relações sociais de produção que garantem sua dominação econômica”. (2011, p. 21)

A sociedade capitalista, em particular, tem uma particularidade: transforma as relações sociais em relações desumanizadas, e transforma pessoas em mercadorias. Com um caráter altamente alienante, coloca a acumulação de capital acima das necessidades humanas. Como tudo no capitalismo é mercadoria (inclusive seres humanos), estes são levados a crer que seu salário remunera toda a sua atividade, criando uma falsa noção de que recebe de forma justa. Dessa maneira, a classe trabalhadora já não precisa da ação coercitiva e violenta desempenhada em outros modos de produção (como no escravismo), pois já está suficientemente alienada e crê que sua condição de vida é a única possível, o que dá ao capital um caráter totalizante, onde não há alternativas. No processo de separação dos instrumentos de produção da classe trabalhadora há uma grande transformação ideológica, uma vez que ela não se reconhece mais no produto que gerou, pelo contrário, o produto é cada vez mais estranho e abstrato à ela. Nos Manuscritos Econômico-filosóficos (2002), Marx demonstra o caráter alienante do capital, ao afirmar que o produto do trabalho é dono do trabalhador, e não o contrário. Pois é da natureza do trabalhador assalariado ser escravizado e se tornar, em si mesmo — mais especificamente sua força de trabalho — uma mercadoria. Em lugar de o produto ser o resultado da força de trabalho do ser humano, este só existe para produzir lucro para o capital. Em suma, “a essência da alienação da sociedade capitalista é que ela trata como mercadoria o que é humano” (LESSA; TONET, 2011, p. 96).

Ainda sobre o caráter totalizante do capital, Antunes (1999) afirma que:

Não sendo uma entidade material e nem um mecanismo que possa ser racionalmente controlável, o capital constitui uma poderosíssima estrutura totalizante de organização e controle do metabolismo societal, à qual todos,

inclusive os seres humanos, devem se adaptar. Esse sistema mantém domínio e primazia sobre a totalidade dos seres sociais, sendo que suas mais profundas determinações estão orientadas para a expansão e impelidas pela acumulação. (MESZÁROS, 1995, p.41-44, apud ANTUNES, 1999, p. 23)

Desde que se tornou classe dominante, a burguesia vem criando um ambiente totalmente favorável a ela, e imprime seu domínio fortemente na reprodução social da classe trabalhadora. Em *O Poder da Ideologia* (2004), Mézáros expõe como a burguesia desenvolve as condições para sua predominância. No texto, o autor demonstra que a ideologia dominante está presente em todos os âmbitos da sociedade. Além de controlar as instituições culturais e políticas da sociedade, ela introduz na classe trabalhadora os seus próprios ideais, fazendo com que o trabalhador incorpore como natural a ideologia da classe dominante. A ideologia “não é uma ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada” (MÉSZÁROS, 2004, p. 65). Ela se constitui como consciência prática inevitável das sociedades de classes, ou seja, a ideologia é uma ferramenta estruturalmente determinada utilizada pela classe dominante para gerar uma conformidade em massa, na intenção de provar que esse é o único modo de vida civilizada possível. O autor afirma que as diversas formas de dominação ideológica têm implicações no âmbito prático da vida, não apenas no campo das ideias. Independentemente da posição sociopolítica — progressista ou conservadora — a ideologia tem sua expressão prática nos âmbitos da arte, literatura, filosofia, senso comum, teoria social, etc. Desse modo, tem domínio absoluto sobre a ciência, no intuito de eternalizar os parâmetros estruturais do mundo social estabelecido e manter uma consciência social acrítica.

O que se espera das autoimagens da ideologia dominante não é a reflexão verdadeira do mundo social, com a representação objetiva dos principais agentes sociais e seus conflitos hegemônicos. Antes de tudo, elas devem fornecer apenas uma explicação plausível, a partir da qual se possa projetar a estabilidade da ordem estabelecida. (MÉSZÁROS, 2004, p. 69)

É importante salientar que ao longo do tempo e da estruturação do pensamento científico, a ideologia sempre foi estudada como algo dissociado da história, como uma força independente que obteve domínio na sociedade. Todavia, ela nada mais é do que o resultado das ações dos próprios seres humanos ao organizarem-se politicamente. Elucidemos, desse modo, a noção de que a ciência nunca está imune à dominação ideológica, pelo contrário, ela pode e é usada por

ela. A ideologia é o sustentáculo utilizado pela classe dominante para hegemonizar seu modo de produção, e com isso, utiliza também o pensamento científico a seu favor. Desde a consolidação da burguesia como classe dominante nos séculos XVI e XVII, ela estabelece o saber científico a fim de controlar massivamente a consciência dos trabalhadores. Cria, dessa maneira, uma sociedade à sua maneira, e que defende e protege acima de tudo seus interesses.

As formas mais massivas de dominação científica são expressas nas tendências intelectuais que sucederam a partir do iluminismo, tendo no positivismo, relativismo e existencialismo as principais metanarrativas que guiaram as Ciências Sociais. O grande esforço da burguesia de demonstrar que não há condições objetivas para uma revolução é o que gera a necessidade e o que sustenta esses sistemas de pensamento.

Em contrapartida, o marxismo é a ciência que critica o fundamento da sociabilidade burguesa, o que o faz ser fortemente combatido e alvo de numerosas críticas. É inegável a sua grande contribuição não apenas para as ciências humanas como para a organização política e o movimento operário. De acordo com João E. Evangelista (1992), “foi o marxismo que tornou compreensível o conjunto de acontecimentos históricos, que marcaram a emergência e a consolidação da sociedade burguesa” (p. 13).

Ao seguir uma lógica expansionista, o capitalismo criou forças mais colossais que outros tipos de sociabilidade, e criou uma degradação não só do que é o mais íntimo e inseparável ao ser humano (sua força de trabalho), assim como acentuou a degradação da natureza. A mundialização e exploração da força de trabalho foi tão maciça que esgotou os recursos naturais disponíveis no planeta, pondo em risco o futuro da humanidade. Isso se dá porque a lógica do capital é uma lógica destrutiva, ou seja, ele precisa explorar, esgotar, aproveitar de todos os recursos que dispõe para poder assegurar o seu lucro crescente.

Conseqüentemente, a funcionalidade do capital não pode operar sem a frequente presença de crises, pois estas fazem parte das contradições inerentes ao capitalismo. Portanto, ao atingir certo grau de desenvolvimento, o capitalismo tornou-se um sistema que não consegue sustentar-se sem crises. E elas têm um impacto

fundamental em todos os âmbitos da sociedade, atingindo a reprodução social, material e intelectual dos seres humanos.

É a partir dos anos 70 que o capital se encontra em uma profunda crise estrutural, com taxas de lucro cada vez mais decrescentes. Junto à crise da estrutura capitalista, vê-se instaurar também uma crise nas Ciências Sociais, mais especificamente na teoria marxista. O início dos anos 70 é um período de massivas mudanças sociais, o que implicou na ideia de que as teorias sociais que orientavam a pesquisa social “foram se mostrando insuficientes e incapazes de explicar os fenômenos sociais nas sociedades contemporâneas” (EVANGELISTA, 1992, p. 12). A realidade social tinha sido transformada, e para explicar os novos fenômenos era preciso a elaboração de uma nova teoria social. Assim sendo, é necessário abordar mais detalhadamente as razões da crise estrutural do capital e a crise do marxismo.

CAPÍTULO 2 - A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E A ALTERNATIVA PÓS-MODERNA

O sistema sócio-metabólico do capital enfrenta uma crise em sua estrutura, que vem afetando severamente todos os segmentos da sociedade, demonstrando seu caráter contraditório e fortemente destrutivo. Diversos autores⁴ sustentam a ideia de que tal crise está fundada não na funcionabilidade do capital, mas em suas bases fundamentais. E para todos os momentos em que o sistema se viu sem saída, engendrou-se alternativas que minimizaram — ainda que temporariamente — os danos para a classe dominante. Em vista disso, é necessário demonstrar como as teorias pós-modernas operam para a desorganização política da classe trabalhadora, e demonstrar a contemporaneidade da centralidade das classes sociais para a construção do projeto emancipatório de humanidade.

2.1 A crise estrutural e as saídas encontradas pelo capital

Ao analisarmos a natureza do capital, entendemos que o grande interesse da classe dominante é aumentar a produtividade ao máximo possível, e isso faz com que haja um esforço em desenvolver e potencializar as tecnologias de produção. Foi o que aconteceu nos Estados Unidos, no início do século XX. Firmados na esperança de lucro, os grandes poderosos investiram seus capitais na indústria estadunidense, que na época, já era um dos principais países de referência econômica. Houve, de fato, uma grande expansão no setor industrial, que aumentou a produtividade em níveis inéditos; no entanto, o salário dos trabalhadores não acompanhou o ritmo crescente, ocasionando uma crise de superprodução no país, que afetou o mundo inteiro.

Essa crise ficou conhecida como o “craque de 1929”, e gerou taxas de desemprego jamais vistas, diminuição da taxa de lucro e colapsos em diversos setores da produção. Ao analisar esse período, podemos perceber a importância da

4 Entre eles, István Mészáros (2009), Ricardo Antunes (1999) e José Paulo Netto (2012).

classe trabalhadora para a reprodução do capital, uma vez que este só se realiza na esfera do consumo. Verificamos que a classe trabalhadora possui uma natureza dupla, que além de única produtora, é a principal consumidora dos bens produzidos por ela mesma. Daí o importante papel que ela exerce na engrenagem do sistema, transformando o trabalhador na peça fundamental para seus lucros e demonstrando ser um dos maiores fatores de alienação desse trabalhador, que consome o que produz.

A saída encontrada pelo capital para superar essa crise foi uma reorganização da produção e uma intervenção estatal capaz de possibilitar o aumento do consumo dos trabalhadores e assegurar os direitos básicos para sua reprodução.

No setor produtivo, a estratégia adotada foi o modo de produção desenvolvido por Henry Ford, que consistia num novo sistema de produção de trabalho, onde o consumo de massa só poderia ser alcançado através da produção de massa, e, conseqüentemente, o fordismo (como foi denominado) revolucionou a produção em massa do início do século XX. Na mesma época em que Ford desenvolve seu sistema de produção, F. W. Taylor escreve *Os princípios da administração científica*, um trabalho que descrevia

(...) como a produtividade do trabalho podia ser radicalmente aumentado através da decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo de movimento (Harvey, 1992, p. 121).

Juntos, esses dois tipos de organização do trabalho (fordismo e taylorismo) transformaram fortemente a sociedade, e essa racionalização intensa implicou a configuração de um novo tipo de trabalhador, uma vez que as condições materiais de vida definem a subjetividade da sociedade⁵. E conseqüentemente, era preciso que o trabalhador tivesse condições de consumir o que havia produzido, gerando a necessidade do Estado manter um certo “compromisso” com a sociedade, com o propósito de certificar a sua funcionalidade pró-capital. Segundo Antunes:

5 Abordamos esse assunto no item 1.1 da primeira parte deste trabalho.

Pode-se dizer que junto com o processo de trabalho taylorista/fordista erigiu-se, particularmente durante o pós-guerra, um sistema de “compromisso” e de “regulação” que, limitado a uma parcela de países capitalistas avançados, ofereceu a ilusão de que o sistema de metabolismo social do capital pudesse ser efetiva, duradoura e definitivamente controlado, regulado e fundado num compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado. (1999, p. 38, grifos do autor).

Nesse sentido, baseado na estratégia de John Keynes, foram propostas medidas que, através de uma forte intervenção estatal, garantissem o acesso às políticas públicas, no intuito de manter a classe trabalhadora ativa. Essa experiência ficou conhecida como Estado de Bem Estar Social (Welfare State), e foi vivenciada por alguns países desenvolvidos, onde os ganhos do capital se concentraram. Apesar de aparentemente ser um ganho da classe trabalhadora, esse “compromisso” social desempenhou um papel domesticizador, principalmente para o movimento operário.

Por meio desses mecanismos de “compromisso” foi se verificando durante o fordismo o processo de integração do movimento operário social-democrático, particularmente dos seus organismos de representação institucional e política, o que acabou por convertê-lo numa espécie de engrenagem do poder capitalista. O “compromisso fordista” deu origem progressivamente à subordinação dos organismos institucionalizados, sindicais e políticos, da era da prevalência social-democrática, convertendo esses organismos em “verdadeiros co-gestores do processo global de reprodução do capital.” (BIHR, 1991, p.48-49, apud ANTUNES, 1999, p. 41)

Através da associação do padrão fordista/taylorista com as medidas estatais keynesianas, pode-se ver “um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configuração do poder político-econômico” (HARVEY, 1992, p. 119) que ocasionaram num grande crescimento das taxas de lucro capitalista. O padrão de vida aumentou e as tendências de crise foram contidas, no entanto esse processo não foi igual ao redor do mundo. O fordismo se difundiu de forma desigual entre os países, e nos países periféricos e de desenvolvimento tardio, ele não teve sucesso, gerando uma grande onda de insatisfação dos trabalhadores desses países.

Apesar dos altos níveis de acumulação, não havia demanda suficiente, ou seja, ocorreu uma superprodução em massa de produtos e o nível de consumo diminuiu. No período entre 1965 e 1973, tornou-se evidente a incapacidade do fordismo/taylorismo de conter as contradições do capitalismo (HARVEY, 1992, p.

135). O cenário caracterizava-se por um excesso de fundos, o que causou uma forte inflação.

Esse período de crise fordista foi marcado por grandes mudanças no âmbito do trabalho. Os níveis de exploração estavam cada vez mais explícitos, e com a incapacidade da estratégia keynesiana de seguridade social, há um desmoronamento no mundo do trabalho. Esse desmoronamento foi corroborado pela nova geração do proletariado, que diferentemente das gerações anteriores, não mais dispunham de políticas sociais efetivas, qualidade de vida e vagas de emprego. Essa nova geração não mais gozava do nível de vida e de consumo que a classe trabalhadora dos países de capitalismo desenvolvido desfrutava, e nas palavras Alain Bihr:

(...) as duas faces do fordismo, seu lado “usina” (a produção de massa com as técnicas disciplinares próprias para a exploração intensiva da força de trabalho) e seu lado “supermercado” (o consumo de massa com seus ares de festa, de liberdade, de exaltação narcisista do indivíduo no ato de consumo, o tempo livre e os lazeres) eram, no fim, necessariamente incompatíveis. (2007, p. 46)

É nesse momento em que os operários superexplorados e os jovens estudantes se unem, irrompendo a maior greve que a Europa já vivenciou. Junto dos partidos de esquerda e do movimento sindical, a França experiencia entre maio e junho de 1968 um período marcado por greves, revoltas, lutas sociais, e, conseqüentemente, repressão militar. Discutiremos esse período mais adiante.

A partir dos anos 70, viu-se configurar uma crise capitalista estrutural⁶ sem precedentes e em âmbito global, transformando fortemente a organização política, industrial e da vida social. Alguns sintomas dessa crise foram imediatamente surgindo, como a queda da taxa de lucro e o esgotamento do padrão de produção. Esse sistema de produção já não era capaz de responder a demanda de consumo, fazendo com que os índices de lucro despencassem.

6 É importante enfatizar a diferença entre a crise de 1929 e a atual (que se iniciou nos anos 1970). O craque de 29 foi gerado pela superprodução de bens e a ausência de consumo, sendo uma crise cíclica, que desenvolveu em si mesma as saídas para o colapso. Diferentemente, a crise dos anos 70 é gerada pela ativação dos limites absolutos do capital, ou seja, não há possibilidades de encontrar em si mesmo as soluções - mesmo que temporárias - para a supressão dessa crise, pois a sua razão está situada na própria estrutura contraditória do capital.

Essa crise estrutural nos deixa clara a natureza do capital, que segue uma lógica destrutiva e tem como um dos principais fatores a sua incontrolabilidade. Além de destruir os recursos naturais a serviço do lucro, o capital destrói principalmente a humanidade e a sua força de trabalho, transforma o seu interesse individual em interesse geral, e molda uma sociedade à sua imagem e semelhança. Seu sentido está na produção coletiva e na apropriação privada, e não pode operar fora disso. O capital possui um caráter centralizador, destrutivo e desumanizador, pois se estabelece na miséria absoluta de bilhões de pessoas e se concentra em um limitado número de indivíduos que controlam a produção capitalista, ou seja, a burguesia.

Para contornar a crise e reduzir ao máximo os danos, era preciso implementar um amplo processo de reestruturação produtiva, no intuito de recuperar as taxas de lucro anteriormente alcançadas. O capital tentou reutilizar o binômio fordismo/taylorismo, todavia não passou de uma tentativa falha que não atingia os pilares do sistema, situava-se apenas na dimensão fenomênica. Por isso, houve a necessidade de um regime de acumulação inteiramente novo, baseado na flexibilização e reestruturação. Esse novo regime confronta diretamente o sistema fordista, e flexibiliza o mundo do trabalho, assim como seu mercado, e atinge tanto a produção de mercadorias como os padrões de consumo da classe trabalhadora. De acordo com Harvey, essa acumulação flexível:

Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado "setor de serviços", bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. (1992, p. 140)

Foi nesse contexto de crise global que o modo de produção japonês desenvolvido por Ohno na fábrica Toyota (que ficou conhecido como toyotismo) ganhou repercussão e espaço no Ocidente. Baseado na produção variada e na heterogeneidade das atividades laborais, o toyotismo se difere do fordismo justamente por romper com a grande produção em massa e homogênea difundida no pós-29. Esse método de produção procurou a racionalização do tempo em favor

da produtividade (técnica que ficou conhecida como just-in-time). Havia a multivariada de tarefas, e o trabalhador já não se limitava a uma máquina ou uma ação apenas, mas operava simultaneamente várias máquinas. A adoção ocidental do método toyotista foi uma tentativa de recuperar o padrão produtivo alcançado anteriormente, e “reinaugura um novo patamar de intensificação do trabalho” (ANTUNES, 1999, p. 56). Todavia, o toyotismo foi uma alternativa à crise, e não sua solução.

Com o intuito de seguir a lógica de inovação que estava posta a partir dos anos 70, “as velhas empresas precisam morrer para fazer nascer as novas formas de organização do processo de trabalho” (TEIXEIRA e OLIVEIRA, 1998, p. 25). Com vistas a manter o padrão de produção de mercadorias, reduz-se o tempo de vida útil dos produtos, “visando aumentar a velocidade do circuito produtivo e desse modo ampliar a velocidade da produção de valores de troca” (ANTUNES, 1999, p. 50).

Inerente a esse regime, o Estado flexibiliza ainda mais as leis trabalhistas, ocasionando uma desregulamentação ampla que causará fortes impactos à classe trabalhadora. Desse modo, está posto um cenário de total precarização da força humana de trabalho que contribuirá decisivamente para afetar toda a subjetividade humana. Uma vez que aumenta a produção, esse processo de crise estrutural resulta também no aumento do desemprego estrutural, e além de intensificar a reificação humana, descarta a sua força de trabalho, fazendo com que as habilidades humanas sejam destruídas e reconstruídas a fim de adequarem-se ao capital. Ocorrem mudanças radicais no setor industrial, o que resulta no surgimento de pequenos negócios e de formas antigas de produção, como economias familiares, que se voltam cada vez mais para o interior de suas casas em busca de satisfazer suas demandas. Todavia esse processo já não tem o mesmo caráter que tinha anteriormente, em sistemas de produção anteriores ao capitalismo, pelo contrário, o surgimento desses mercados está voltado ao acúmulo do capital, comprometendo o horizonte objetivo da classe trabalhadora.

Em primeira instância, esse desemprego estrutural é visto como algo natural e inevitável à sociedade capitalista, e, além disso, é abordado como condição fundamental para o desenvolvimento do “novo mundo do trabalho”. O exército industrial de reserva é organicamente produzido pelo sistema “como tentativa de

recuperar o controle do capital sobre o trabalho” (TEIXEIRA E OLIVEIRA, 1998, p. 79). Ocorre um processo contraditório no mundo do trabalho provocado pela reestruturação produtiva, onde o proletariado fabril encontra-se em menor número — processo que Antunes (2011) chama de desproletarização fabril, que consiste na diminuição do trabalho industrial tradicional —, e, simultaneamente, ocorre a subproletarização da classe trabalhadora. A subproletarização é marcada pela economia informal, e se caracteriza pela flexibilização dos contratos de trabalho, subcontratação, terceirização, trabalho informal e pelo desmonte das leis trabalhistas.

Nesse sentido, a classe trabalhadora encontra-se elevadamente complexificada e fragmentada. As novidades do mundo do trabalho (provocadas pela reestruturação produtiva) transformaram as ações de classe dos trabalhadores, gerando, assim, uma grande crise do movimento sindical⁷ que afeta o mundo inteiro. Há uma crescente diminuição dos movimentos sindicais tanto de países de primeiro mundo, quanto os países subalternos, os que possuem um capital dependente. Além disso, observa-se a exclusão de mulheres desses movimentos sindicais e de setores do trabalho intelectualizado, dos trabalhadores de escritório, de pequenas empresas, entre outros (ANTUNES, 2011, p. 66).

Uma vez que os trabalhadores não estão mais reunidos em fábricas e trabalham por conta própria, o movimento sindical perde bastante força nesse processo. Desse modo, há o “solapamento da organização da classe trabalhadora e a transformação da base objetiva da luta de classes” (HARVEY, 1992, p. 145). Evidentemente, a burguesia se aproveita desse movimento para flexibilizar ainda mais os contratos trabalhistas, e com a diminuição do emprego formal e aumento do emprego informal, o trabalhador se vê explorado num nível crescentemente desumanizado.

7 Ainda de acordo com Antunes (2011), a crise sindical segue algumas tendências, dentre elas: a) a fragmentação e individualização dos processos de trabalho, onde o trabalhador não possui o mesmo contato e vínculo com outros trabalhadores, deslocando a relação capital/trabalho para o âmbito micro; b) crescente desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho, perdendo grandes conquistas atingidas pelo sindicato; c) esgotamento dos modelos tradicionais de sindicato; d) burocratização e institucionalização dos sindicatos, perdendo cada vez mais o seu caráter revolucionário e radical; e) e uma adversidade e repulsa aos movimentos de esquerda, de visão anticapitalista (p. 68-71).

E é justamente nesse momento de crise estrutural que o Estado se utiliza do neoliberalismo como alternativa política para dar sustentação às mudanças no ramo da produção. De acordo com Teixeira e Oliveira (1998), o neoliberalismo “nasceu como uma reação teórica e política ao modelo de desenvolvimento centrado intervenção do Estado” (p. 195), e tem como tese principal o mercado como única instituição capaz de resolver todos os problemas sociais. Esta estrutura ideo-política tem como pilar a teoria clássica do liberalismo — que tratamos de abordar no item 1.2 do primeiro capítulo —, no entanto, posta as particularidades da contemporaneidade, sofre mudanças em seu núcleo.

Sob uma nova realidade social, a teoria neoliberal continua baseando no Estado mínimo a sua organização. De acordo com José Paulo Netto (2012):

A grande burguesia monopolista tem absoluta clareza da funcionalidade do pensamento neoliberal, e, por isto mesmo, patrocina a sua ofensiva: ela e seus associados compreendem que a proposta do “Estado mínimo” pode viabilizar o que foi bloqueado pelo desenvolvimento da democracia política — O Estado máximo para o capital. (p. 81)

No entanto, a implantação do receituário neoliberal só foi possível porque houve uma grande transformação na estrutura do pensamento da classe trabalhadora da época, que acabou dando toda a base ideológica necessária para a ofensiva neoliberal. Esta tinha como pilar ideais pautados no individualismo burguês e na meritocracia, que numa conjuntura de desemprego estrutural e concorrência desmedida, facilitaram a fragilização do processo de consciência de classe para os trabalhadores. Sabemos que a organização material da vida é o que dá fundamento para o sistema de ideias, crenças e princípios da raça humana, e é sobre esse aspecto que dedicaremos nossa atenção.

2.2 O maio francês de 1968 e a crise do marxismo

Uma das expressões mais relevantes da crise do capital foi a mudança do viés ideológico que orientava a classe trabalhadora. Todas as respostas encontradas pelo capital para reverter a crise foram amparadas pelas consequências do que ficou conhecido como a “virada cultural” do século, que ocorreu em maio de 1968, na França.

No período pós-guerra, o mundo testemunhava o grande acirramento entre os dois maiores blocos ideológicos do mundo: o bloco socialista (conduzido pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, URSS) e o bloco capitalista (conduzido pelos Estados Unidos), constituindo a “Guerra Fria⁸”. Além disso, com as mudanças no mundo do trabalho que foram citadas na seção anterior, a crise sindical e a experiência russa, a geração nascente perde seus principais referenciais políticos. Há uma crise de hegemonia, que acarretou numa grande rebelião cultural da juventude proletária que agora se sentia órfã de representantes, tanto no âmbito político quanto cultural: ela se vê sufocada pela ordem moral, e isso fica exemplificado no seu discurso e palavras de ordem (como por exemplo “é proibido proibir”).

Uma das principais características dessa juventude inconformada era a recusa das metanarrativas, ou seja, os grandes projetos societários já não eram capazes de representar seus anseios, era preciso a constituição de uma nova cultura política, baseada na autogestão e na autoexpressão.

O movimento estudantil foi o grande motor de radicalização política do maio de 1968, e contribuiu para a eclosão do que foi chamado de “novos movimentos sociais”. Os principais exemplos desse novo processo de luta social foi o desenvolvimento dos movimentos feminista, LGBT, por direitos civis, pacifistas e ecologistas. Os novos movimentos sociais provocam uma verdadeira revolução cultural ao confrontar os padrões morais da época, porém, possuem limites. O primeiro deles é o fato de que “seus terrenos de mobilização e seus objetivos de luta se situavam todos fora da esfera do trabalho e da produção” (BIHR, 2008, p. 18), o que corroborava no definhamento do movimento operário e sindical. O segundo está na particularidade de suas lutas, tendendo sempre para um individualismo que enfraquecia a luta popular coletivizada e focava em suas demandas específicas. Montaño e Duriguetto (2010) afirmam que:

8 Montaño e Duriguetto (2010) compreendem esse processo como uma “ofensiva ideológica, política, econômica, diplomática e militar comandada pelo imperialismo norte-americano destinada a conter a expansão do comunismo. A ‘guerra fria’ constitui o principal instrumento do imperialismo norte-americano para ampliar e aprofundar sua dominação no continente, seja pela ofensiva política e militar — destruição das organizações e partidos comunistas e socialistas — seja pela expansão da penetração econômica monopolista do continente” (p. 249-250).

Essa caracterização do campo das lutas sociais acabou por ser funcional ao processo de fortalecimento da hegemonia do capital e da ideologia neoliberal. Os movimentos das jornadas de maio que “exigiam o impossível” não conseguiram ser vitoriosos em seus objetivos estratégicos. Logo, a emancipação política contestatória não se transformou em emancipação humana. (p. 267)⁹.

No lugar de seguirem uma direção rumo ao fim da ordem social burguesa, eles se encontram cada vez mais inerentes à reprodução do capital, como veremos na próxima seção do nosso trabalho.

A mobilização política de 1968 e o descontentamento das massas foram fomentados pelo que foi chamado de “crise dos paradigmas” nas Ciências Sociais, mais especificamente a crise do marxismo. A emergência desses novos atores sociais deu lugar a novas reivindicações e novos fenômenos que a teoria marxista já não era capaz de interpretar, sendo considerada ultrapassada. Ainda que os grandes críticos das Ciências Sociais reconhecessem a contribuição teórico-política do marxismo, este já não era suficiente para dar conta da contemporaneidade. Segundo esses críticos, isto se dava pelo fato de a teoria marxiana fazer uma “generalização indevida” da realidade social, considerando-se a “base ontológica” da sociedade.

De acordo com João E. Evangelista (1992), “a ‘crise do marxismo’ é identificada pela defasagem entre as suas teses constitutivas e a realidade social efetiva” (p. 14). Ou seja, baseados nas tentativas de implementação do socialismo real, “a ‘necessidade’ histórica não se afirmou no desenrolar dos acontecimentos históricos, culminando no fim teleológico da sociedade sem classes” (EVANGELISTA, 1992, p. 15). E ainda:

O surgimento de novos movimentos sociais levou à constituição de novos sujeitos políticos que, assim, implicou na criação de novos espaços políticos, fora do plano institucional, que ensejarão novas práticas sociais e novas representações simbólicas, que as acompanham. (EVANGELISTA, 1992, p. 17, grifos do autor)

9 Marx trata sobre os conceitos de emancipação humana e política em Glosas críticas marginais ao artigo ‘o rei da Prússia e a reforma social’, de um prussiano” (2010).

A estrutura do pensamento da época já não validava as categorias principais da economia política, ou mesmo a sua crítica. Acreditava-se que a humanidade atingira um nível tão grande de complexificação que já não existiam elementos estruturais que fossem capazes de criar uma base de identificação universal. É partindo dessa linha de pensamento que a nova geração contestadora desacredita de categorias universais que fundamentam o capitalismo — como a luta de classes — e buscam por uma lógica que possa corresponder à intensa complexidade da raça humana. Ou melhor, não há mais capitalismo ou luta de classes, “há apenas muitos e diferentes tipos de poder, opressão, identidade e ‘discurso’” (WOOD e FOSTER, 1999, p. 13)¹⁰.

Ainda segundo Ellen Wood,

Uma vez que não há sistemas ou história suscetíveis à análise causal, não podemos chegar à origem dos muitos poderes que nos oprimem. Nem tampouco, certamente, aspirar a algum tipo de oposição unificada, de emancipação humana geral, ou mesmo uma contestação geral do capitalismo, como os socialistas costumavam acreditar. O máximo que podemos esperar é um bom número de resistências particulares e separadas. (WOOD e FOSTER, 1999, p. 15)

É nesse sentido que, de acordo com seus críticos, o marxismo já não se constitui como expressão do caráter revolucionário, tampouco o proletariado como sujeito revolucionário. De fato,

Para se compreender algo sobre as categorias sociais — que substituem as antigas classes sociais no marxismo — e sua história social, deve-se dirigir às práticas sociais desses sujeitos coletivos e nelas procurar as suas novas “significações”, que estão contidas nas representações que esses sujeitos sociais fazem de si mesmos e daqueles outros com os quais estão em relação numa determinada sociedade. (EVANGELISTA, 1992, p. 20)

Há a negação da racionalidade moderna e de seus principais conceitos, como verdade, real, razão, ciência, etc., e é necessária a elaboração de novos paradigmas que pudessem explicar a pluralidade dos processos sociais. A realidade já não é o motor da produção do conhecimento, e a “representação simbólica’ do real ocupa o

10 Essa noção é demonstrada pela imagem de que aquele operário de chão de fábrica não existe mais, devido a modernização do mundo do trabalho, corroborando a ideia de que não existe mais classe trabalhadora, tampouco classes sociais.

lugar da chamada ‘realidade objetiva’ (...) “Não há real, e, muito menos, um sentido nesse real. Há somente o simulacro, a imagem, a representação (imaginária) dessa realidade” (Zaidan Filho, 1989, p. 20, apud Evangelista, 199, p. 25).

Diferentemente do período de ascensão da burguesia, onde a razão moderna era o princípio norteador da ciência burguesa, aqui vemos o abandono desta categoria e a adoção de um ideário pós-capitalista ou pós-moderno. É uma crise que recusa os princípios propostos pela modernidade, marcando o possível fim da era moderna. Muitos teóricos acreditam na tese de que a humanidade atingiu seu ápice e que agora um novo tipo de sociedade põe-se em movimento. Esta ideia sustenta-se na reestruturação e inovação da tecnologia, que tem como exemplos a transformação dos meios de comunicação, a mudança no mundo do trabalho, as mudanças econômico-políticas, a transformação cultural, entre outros.

2.3 Pós-modernidade e a centralidade das classes

Ao analisarmos o cenário que se põe desde o período pós-guerra até o final do século XX, deparamo-nos com as condições históricas que possibilitaram a emergência da lógica cultural pós-moderna: o fim dos “anos dourados”, a crise estrutural do capital com seus altos níveis de desemprego e as revoltas estudantis da década de 60. Este último é o grande marco que demonstra o fim da era da modernidade e inaugura a era da pós-modernidade. Desse modo, ela é o “produto de uma consciência formada na idade áurea do capitalismo” (WOOD e FOSTER, 1999, p. 9) e é o substrato das revoltas estudantis de 1968.

Logo, há uma:

gradual perda de prerrogativa da perspectiva emancipatória clássica entre os círculos da nova esquerda, que foi concomitante e proporcional à “emergência de uma grande variedade de práticas políticas de pequenos grupos, sem base em classe social”: os “movimentos micropolíticos (de vizinhança, de raça, étnicos, de gênero e ecológicos)” (JAMESON, 1997, p. 177, 322, apud MARCELINO, 2019, p.9) .

Esses novos movimentos sociais inauguram um “novo espaço político”, em que há uma verdadeira “crise do sujeito”, ou, melhor dizendo, há a multiplicação dos sujeitos. Diante de um ceticismo político e descrença nas metanarrativas, novas

categorias começam a ser usadas, tais como “grupo”, “identidade”, etc. E “a identificação ideológica com uma classe foi substituída pela filiação a um grupo” (MARCELINO, 2019, p.9). Esse “novo espaço político” era “articulado por slogans como ‘o pessoal é político’, pela retórica do poder, da dominação e do direito ao discurso” (MARCELINO, 2019, p. 10). Esse é o principal sintoma da ideologia pós-moderna: “o esmaecimento de perspectivas concretas totais e sua substituição pelo ‘meramente particular’” (MARCELINO, 2019, p. 16).

Seria conveniente afirmar que o fio condutor que une as diversas teorias pós-modernas está na rejeição das grandes explicações de mundo, baseadas na totalidade e na universalização (e isso inclui tanto o projeto socialista quanto o ideário liberal). A ênfase não está mais nas similitudes que unem a classe trabalhadora, mas na diferença, na diversidade, nas várias identidades particulares com suas lutas distintas. É preciso abandonar as teorias “economísticas” tradicionais da economia política, pois estas já não são capazes de explicar o mundo contemporâneo, que se encontra fragmentado.

É preciso enfatizar que as teorias pós-modernas são plurais e muitas vezes divergentes. Desde os acontecimentos de 1968, há uma grande mudança no direcionamento dos estudos das ciências humanas. A palavra-chave desta nova corrente ideológica é “representação”. Há uma exorbitação da linguagem, que encontra no discurso uma nova categoria teórica norteadora. A pós-modernidade encontra na linguagem o sentido e o significado da realidade, portanto muitos autores consideram que a “sociedade não é simplesmente semelhante à língua, ela é a língua” (WOOD e FOSTER, 1999, p. 11). Não se trata mais de encontrar o significado de um elemento a partir da sua função na realidade, antes, o seu significado está em como esse elemento se identifica diante da realidade, baseando-se em sua subjetividade.

Dessa forma, é como se a língua fosse um campo independente, e, a partir dela, as relações sociais fossem formadas. Os pós-modernos que seguem essa sistemática afirmam que a subjetividade do sujeito é constituída através da língua, e ela é quem irá definir o ser social. Mas como vimos na primeira parte do nosso

trabalho¹¹, o que funda o ser social não é a linguagem, mas o trabalho. É a partir dele que a dimensão social da humanidade é formada, criando os sistemas de comunicação que integram a sociedade. David McNally (1999, p. 34) afirma que a língua é o “lugar de interação social decisivamente modelado pelas relações de trabalho e conflito, isto é, modelado pela luta de classes”.

O discurso está intimamente ligado à ideologia, pois é através dele que a classe dominante impõe seus interesses como universais¹². Em *A Ideologia Alemã*, a intenção de Marx e Engels era demonstrar que a consciência — nesse caso, a linguagem é a expressão da consciência — não é algo externo ou independente da realidade. Pelo contrário, ela é o substrato da relação entre capital e trabalho, e está longe de se constituir neutra ou autônoma.

Semelhantemente a esse processo, há também os teóricos que não destacam tanto a categoria de linguagem em seus estudos, mas priorizam a “construção social” do conhecimento. Muitas vezes chegam a enxergar a ciência ocidental como uma manifestação de princípios imperialistas e opressivos. É como se não apenas a ciência da física fosse um constructo histórico, mas que “as próprias leis da física fossem ‘socialmente construídas’ e historicamente variáveis” (idem, p. 12). Ellen Wood prossegue:

Se o padrão da "verdade" científica reside não no mundo natural em si, mas nas normas particulares de comunidades específicas, então as leis da natureza talvez nada mais sejam do que aquilo que uma dada comunidade diz que elas são em um determinado momento. (WOOD e FOSTER, 1999, p. 12)

Há uma problemática no que diz respeito à visão de mundo da pós-modernidade em relação a história. O argumento sustentado pelos principais teóricos pós-modernos é de que a pós-modernidade não é um dado momento da história ou um período transitório, mas ela é a própria história, a condição humana, da qual não há saída. A história deixa de ter relevância, pois até então nenhuma teoria social foi capaz de interpretar genuinamente a realidade. Sendo assim, não há

11 Essa discussão encontra-se no tópico 1.1.

12 Conferir o tópico 1.3.

como compreender o sistema, nem mesmo se opor a ele, “o melhor é relaxarmos e aproveitarmos” (WOOD e FOSTER, 1999, p. 16). Percebemos a natureza problemática dessa questão ao analisarmos criticamente o discurso de que é “impossível compreender o mundo verdadeiramente”. Estaríamos numa conjuntura tão complexa ao ponto de ser inconcebível uma interpretação de como as relações sociais são formadas? É tudo tão diverso e fluido que a essência da sociedade já não pode mais ser apreendida? Ou ainda: os fundamentos da sociedade se modificaram tanto que não há o que mudar, somente o que aceitar? Precisamos nos questionar: a quem esse discurso favorece? Qual a classe que se beneficia com a noção de que não há o que ser modificado na realidade social, e que o que nos resta é a conformidade diante das desigualdades sociais?

O advento pós-moderno configura uma nova função social à categoria de cultura, e esta ganha relevância e se expande para todos os âmbitos da sociedade. Diferentemente da era moderna, em que a cultura exercia uma autonomia relativa, na era pós-moderna ela está “completamente integrada à estrutura socioeconômica” (MARCELINO, 2019, p. 23), tornando-se numa esfera extremamente política. Desse modo, a centralidade da cultura substitui a centralidade de classes, e o capital utiliza da lógica cultural de consumo, representações, propaganda, diversidade e pluralidade um estímulo para sua expansão.

Isso acontece porque, como vimos na primeira parte do nosso trabalho, o capital necessita de uma ideologia, de uma lógica cultural intrínseca que seja capaz de criar um caráter único e totalizante ao sistema. Atualmente, a pós-modernidade é a ideologia utilizada para legitimar o sistema capitalista e contornar a crise estrutural, e vem sendo crucial no que diz respeito ao imaginário da classe trabalhadora. Com a consolidação da crise, o capital atingiu esferas que até então não tinha alcançado, penetrando, inclusive, nas lutas sociais da classe trabalhadora.

É preciso atentar para as “novas” categorias que surgem ao decorrer da crise estrutural do capital, com suas pautas e reivindicações que se introduzem urgentemente na realidade social. Não há como refutar sua importância e magnitude, todavia, não é necessário abordar esse tema por um viés pós-moderno. Pelo contrário, o surgimento dessas opressões reforça a natureza do capital, mostrando-se como consequência da reificação da vida humana e da

complexificação da relação capital/trabalho. São problemáticas que têm sua raiz na materialidade, e, portanto, requerem um enfoque materialista.

É nesse sentido que a teoria marxista se mostra cada vez mais atual, mesmo que invalidada e considerada ultrapassada. Longe de ser uma teoria vulgarmente economicista, o marxismo apreende “o processo histórico como totalidade concreta, em constante estruturação orgânica, onde a estruturação econômica e as dimensões superestruturais são seus momentos dialéticos” (EVANGELISTA, 1992, p. 47). A argumentação acerca da crítica à teoria marxista está na interpretação de que esta se limita à dimensão econômica, ignorando as outras categorias que se inserem na realidade.

Todavia, para recuperar a discussão feita no primeiro capítulo sobre totalidade, entendemos que esta é o composto de todas as categorias da sociedade de classes, que tem sua base no trabalho. Sendo assim, seria incoerente fatiar os aspectos da sociedade em dimensões puramente “econômicas”, “sociais” ou “culturais”. De fato, todas essas dimensões não podem ser apreendidas fora da ótica da totalidade concreta, pois esta é o elemento que dá a sustentação para o desenvolvimento de todas as outras categorias, e estão estreitamente articuladas.

Evangelista reforça esse pensamento ao afirmar que

(...) muito diferente do “estilhaçamento” da política, o que temos é a ampliação do campo da política. Ao contrário de “novos sujeitos políticos”, que substituam os “velhos” sujeitos - como, por exemplo, o proletariado -, o que temos são sujeitos políticos renovados pluridimensionalmente. Em lugar de “novas práticas sociais” temos uma práxis social com dimensões ainda ignoradas. E muito mais que “novos espaços políticos”, o que temos são espaços políticos esquecidos na cotidianidade e que necessitam ser conectados à totalidade concreta, para que possam ser apreendidos. (1992, p. 53. grifos do autor).

Ao discutir sobre o objeto da dialética marxista, Thompson reitera:

“o materialismo histórico propõe-se a estudar o processo social em sua totalidade; isto é, propõe-se a fazê-lo quando este surge não como mais uma História ‘setorial’ (...) mas como uma história total da sociedade, na qual todas as outras histórias setoriais estão reunidas. Propõe-se a mostrar de que modos determinados cada atividade se relacionou com a outra, qual a lógica desse processo e a racionalidade da causação”. (THOMPSON, 1981, p. 82)

A organização política da classe trabalhadora é fortemente atingida pelo ideário pós-moderno. A profunda crise estrutural do capital intensifica a luta de

classes, e é cada vez mais urgente a elaboração de um projeto universal que dê fim às raízes da exploração da classe trabalhadora. Entendemos que as “novas” pautas que surgem nada mais são do que resultado da complexificação das relações sociais, e são dimensões diferentes de uma mesma totalidade. Qualquer projeto de classe verdadeiramente emancipatório deve compor esses novos níveis de exploração e opressão. Para que isso aconteça, a classe trabalhadora precisa estar estrategicamente organizada e unificada.

Assim, é indispensável um olhar crítico da realidade, em que não se limite somente a sua dimensão fenomenológica, ou ainda como a realidade se apresenta. É fundamental investigar as bases que sustentam a sociedade de classes para por em curso o projeto de emancipação da humanidade, compreendendo as bases materiais e ideológicas, e a relação intrínseca entre elas.

Considerações finais

Diante do que foi exposto ao longo do nosso trabalho, pudemos — mesmo que de maneira breve — compreender como o capital opera em sua estrutura, e, assim, percebemos a sua natureza contraditória e autodestrutiva. Identificamos que há uma ofensiva ideológica por parte da burguesia para destruir e desorganizar a luta da classe trabalhadora. A pós-modernidade é a corrente ideológica utilizada pela classe dominante para dar continuidade a esse projeto, e encontra terreno fértil nas lutas sociais que emergiram no pós-guerra. Potencializada pela crise do marxismo nas ciências sociais e crise sindical na esfera do trabalho, essa ofensiva é o que tem regido o ideário da humanidade nos últimos anos.

É preciso sempre salientar que este ideário é definido, em primeira instância, pelas condições materiais de vida. Recuperando as noções que Marx e Engels discutem em *A Ideologia Alemã* (2009), estes afirmam:

(...) Temos de começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana, e, portanto, também, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poderem “fazer história”. Mas da vida fazem parte sobretudo comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas. (p. 40)

A base material é imprescindível para compreender como a pós-modernidade opera no sentido de invalidar a história. O argumento utilizado é de que, com a modernização das relações sociais, já não é possível compreender o mundo como ele é de fato. Conseguimos apenas captar a aparência das coisas, ou seja, como a realidade se apresenta, e não como ela é, em sua essência. Ora, é evidente: esta visão de mundo beneficia diretamente a classe que domina e rege a sociedade, pois quanto mais cego um povo for, mais fácil apresentar a realidade como a única opção de vida.

Nesse sentido, é evidente a influência das teorias pós-modernas na configuração da luta da classe trabalhadora. A crise de representação pelos elementos tradicionais políticos (partidos, sindicatos, etc) desde o período pós-guerra é um fator decisivo nesse processo, e corrobora fortemente para uma lógica de autorrepresentação das lutas contemporâneas.

A relevância do método materialista dialético se mostra cada vez mais atual nos debates contemporâneos sobre o processo de resistência da classe trabalhadora. Quando analisamos a estrutura do capital, vemos que a sua essência não se modifica, e ele apenas se articula de maneira mais sofisticada, moderna e capciosa. E é por essa razão que entendemos ser primordial uma análise crítica da realidade social, pautada na centralidade da luta de classes, que parta das condições basilares da sociedade, e não apenas do seu caráter fenomênico.

A elaboração de um projeto universalmente emancipatório é urgente, uma vez que não apenas a dimensão material encontra-se miserável, como também todas as esferas da vida. É uma crise que atinge todos os níveis da sociedade, modificando fortemente a humanidade e seu ideário. Não há apenas a miséria material, mas a miséria do intelecto humano. Essa situação só encontra solução na transformação radical da realidade, com a eliminação da propriedade privada e de toda a estrutura formada a partir dela.

REFERÊNCIAS:

ANTUNES, R.. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

BIHR, A. Maio-junho de 1968 na França – O epicentro de uma crise de hegemonia (parte I). **Mediações**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 19 – 54, Jul/Dez. 2007. ISSN: 2176-6665.

_____. Maio-junho de 1968 na França – O epicentro de uma crise de hegemonia (parte II). **Mediações**, v. 13, n.1-2, p. 09-33, Jan/Jun e Jul/Dez. 2008. ISSN: 2176-6665.

CARVALHO, E. A totalidade como categoria central na dialética marxista. **Revista Outubro**, São Paulo, v. 15, p. 177 – 193, 2007. ISSN 1516-6333.

COUTINHO, C.N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

EVANGELISTA, J.E. **Crise do Marxismo e Irracionalismo Pós-Moderno**. São Paulo: Cortez, 1992.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 25. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem:** do feudalismo ao século XXI. 22. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

IASI, M. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LASKI, H.J. **O liberalismo europeu**. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à Filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARCELINO, G. H. Jameson e o pós-modernismo. **Ideias**, Campinas, v. 10, p. 1 – 36, 2019. ISSN 2179-5525.

MARX, K. Glosas críticas marginais ao artigo 'o rei da Prússia e a reforma social', de um prussiano. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

_____. **O Capital**: crítica da economia política – o processo de produção do capital, São Paulo: Boitempo, 2011

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MCNALLY, D. Língua, história e luta de classes. In: WOOD, E.M.; FOSTER, J.B. (org.). **Em defesa da história**: marxismo e pós-modernidade. São Paulo: Zahar, 1999, p. 33-50.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do Capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010

NETTO, J.P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Introdução ao estudo do método de marx.** São Paulo: Expressao Popular, 2011.

NETTO, J.P.; BRAZ, M. **Economia Política:** uma introdução crítica. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOBOUL, A. **A Revolução Francesa.** 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1976, p.

TEIXEIRA, F.J.S.; OLIVEIRA, M.A. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva:** as novas determinações do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria –** ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

TONET, I. Modernidade, Pós-Modernidade e Razão. **Temporalis**, Brasília, DF, v. 5, n. 10, p. ?, 2005. ISSN 2238-1856

WOOD, E.M. O que é a agenda “pós-moderna”? In: WOOD, E.M.; FOSTER, J.B.(org.). **Em defesa da história:** marxismo e pós-modernidade. São Paulo: Zahar, 1999, p. 7-22.